

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – FFLCH / USP

Sexualidade(s) e Identidade(s): Subvertendo noções

aluna: Ane Talita da Silva Rocha

semestre: 1o / 2011

Introdução:

A sexualidade é um tema de muito interesse durante a adolescência, momento em que descobrimos as possibilidades do corpo, seja na sociabilidade com os pares, seja nos prazeres solitários. Nessa fase de experimentações, muitas “confusões” podem ocorrer, e é necessário que tanto o adolescente quanto as pessoas a sua volta possam estar preparados para que esse período tão rico e importante para a nossa formação não seja lembrado com tristeza e traumas. Explico-me: a homofobia e a desinformação estão presentes em muitas de nossas escolas, fazendo com que o cotidiano escolar de muitos alunos se torne bastante penoso.

A escola é um dos principais locais de sociabilidade juvenil, é nela que conhecemos a maioria de nossos amigos e muitas vezes é a maior oportunidade para vermos e sermos vistos por nossos colegas. É corriqueiro que relações amorosas se façam presentes nesse ambiente e a escola deve estar aberta e preparada para lidar com as questões relativas à sexualidade, quando necessário. Porém, o que vemos na maioria dos estabelecimentos educacionais é um “medo” acerca da sexualidade juvenil, o sexo é o lugar do “perigo” (de uma gravidez precoce, que perturbaria todo um projeto de vida que esse/essa jovem poderia ter), da transgressão e das “doenças” (sobretudo depois do advento da AIDS). Nesse sentido, notamos uma biologização/medicalização do debate acerca da sexualidade juvenil, que dessa forma ganha espaço na esfera pública através da suposta vulnerabilidade dos jovens:

Na última década, o incremento de pesquisas sobre os comportamentos sexuais e reprodutivos dos jovens brasileiros, tem como intuito, não apenas retratar as práticas dessa população, mas principalmente, proporcionar informações que possibilitem a promoção de sua saúde preventiva, mais especificamente das doenças sexualmente transmissíveis (DST) e do HIV/AIDS, ao mesmo tempo em que busca proporcionar a possibilidade de planejamento das gestações, para que essas não ocorram de forma indesejada (FIGUEIREDO, 2008).

Assim, percebemos que a preocupação se volta cada vez mais para uma noção de educação sexual (e conseqüentemente a construção de corpos educados, conforme a sugestão de LOURO, 1999).

A sociologia não reclama seu espaço nessa discussão e sua colaboração é de fundamental importância neste debate em que as ideias são muito *naturalizadas*. O olhar sociológico e antropológico pode nos ajudar a desconstruir visões arraigadas e a problematizar

questões latentes no universo jovem e com as quais a escola muitas vezes não sabe lidar. A partir do viés das ciências sociais podemos enxergar a sexualidade como um fenômeno social e histórico, uma vez que os corpos não têm nenhum sentido intrínseco, que variam no tempo e entre as sociedades, sendo o que chamamos de “construto histórico” (WEEKS, 1999).

A seguir pretendo fazer uma breve revisão teórica sobre os estudos acerca da sexualidade nas ciências sociais, sobretudo na antropologia, para em seguida me deter sobre a questão das identidades sexuais, que me parece central para ser trabalhada na sala de aula (oportunidade na qual o professor pode fazer uma ligação com a questão da identidade mais geral, tema bastante importante nas ciências sociais). O objetivo deste texto é auxiliar o professor a pensar sobre essa questão, ampliando seu repertório teórico e cultural, para que assim possa propor um novo tipo de diálogo sobre a sexualidade no ambiente em que leciona.

A sexualidade nas Ciências Sociais: um breve apanhado histórico

Os estudos sobre a sexualidade podem ser divididos em três modelos de análise¹: essencialismo, de influência cultural e construtivismo social². Embora se possa argumentar que as questões relativas ao corpo e à sexualidade têm estado por muito tempo no centro das preocupações ocidentais, elas eram, em geral, até o século XIX, preocupações da religião e da filosofia moral. Desde então, têm se tornado preocupação de especialistas. No final do século XIX ganhou inclusive a sua própria disciplina, a sexologia. Para Foucault (2007), a história da sexualidade é a história dos nossos discursos sobre o tema, discursos através dos quais a sexualidade é construída como corpo de conhecimento que desse modo modela as formas como pensamos e conhecemos o corpo. Essa explosão discursiva³ sempre em expansão é parte de um complexo aumento do controle sobre os indivíduos⁴, através da imposição de uma grade de definições sobre as possibilidades do corpo. Para este autor, a sexualidade é estratégica para se entender as formas de poder/regulação modernos (atentar para a capilarização deste poder, que se imbrica em todas as esferas da vida cotidiana), na quais se produzem corpos e sujeitos adequados a finalidades públicas mais amplas e à construção da subjetividade por meio de uma disciplina corporal.

A sexologia, cujos maiores representantes são Krafft-Ebing e Havelock Ellis, coloca ênfase

¹ Diversos autores trabalham com essa divisão “didática e cronológica”, para maiores detalhes ver VANCE (1995) e WEEKS (1999).

² Carole VANCE (1995) defende que no interior dos estudos sob o rótulo de construtivismo social existem opiniões distintas sobre o que poderia ser construído socialmente, dentro desse modelo, temos uma abordagem que postula que a direção do próprio interesse erótico não é inerente ao indivíduo, mas construído a partir de possibilidades mais polimorfos, porém nem todos os construtivistas dão esse passo. Na sua perspectiva mais radical, se considera que o próprio desejo sexual é construído pela cultura e pela história, não existindo, portanto, a ideia de um “impulso sexual” essencial e indiferenciado.

³ Expansão que se encontra no próprio subtítulo do primeiro volume da História da Sexualidade (FOUCAULT, 2007), “a vontade de saber”.

⁴ O que autor chama de sociedade disciplinar.

na questão biológica, no sexo como “instinto”, expressando as necessidades fundamentais do corpo. Daí o nome de essencialismo, pois o sexo é visto como um elemento *essencial* na feitura corporal de uma pessoa é o determinante de nossas personalidades e identidades. A análise privilegia o comportamento “desviante”, criando “personagens” (tais como a mulher histérica, a criança masturbadora e o homem perverso), cujas experiências sexuais devem ser vigiadas e controladas (FOUCAULT, 2007).

No modelo de influência cultural, a sexualidade é vista como material básico sobre o qual a cultura trabalha, porém, embora se pense que a cultura forme a expressão e os costumes sexuais, assume-se que o fundamento da sexualidade é universal e biologicamente determinado. Como exemplo desse modelo de análise, podemos citar Malinowski (1973) em *Sexo e Repressão na Sociedade Selvagem*, trabalho no qual o autor se propõe a investigar a “transformação das respostas instintivas em comportamento cultural” (MALINOWSKI, 1973, p.163). Apesar de evidenciar a tendência *plástica* dos instintos, a “pulsão” ou o “impulso” incontrolável continuam em destaque. O núcleo da sexualidade nesse modelo analítico são a reprodução e a organização familiar, é notável a escassez de investigações sobre comportamentos não reprodutivos. Além disso, o modelo de influência cultural pressupõe que os atos sexuais possuem estabilidade e universalidade em termos de identidade e significado subjetivo, ou seja, leva uma identidade sexual (como heterossexual ou homossexual, por exemplo) às sociedades que não possuem esse modelo simbólico. Resumindo, o modelo de influência cultural reconhece variações na ocorrência de comportamento sexual e nas atividades culturais que estimulam ou restringem o comportamento, mas não reconhece o significado do próprio comportamento (VANCE, 1995).

As pesquisas de Alfred Kinsey (conhecidas como “Relatórios Kinsey” – O comportamento sexual do homem [1948] e O comportamento sexual da mulher [1953]), através da apresentação da distribuição estatística normativa do comportamento sexual em pessoas “convencionais” resultou num questionamento dos conceitos vigentes de “normalidade” sexual. Sua maior contribuição é a chamada “escala H-H”, na qual os comportamentos sexuais não são vistos como distinções estáticas, mas sim através de um continuum, que vai do comportamento exclusivamente heterossexual ao comportamento exclusivamente homossexual. Gagnon (2006) cita Kinsey: “os machos não representam duas populações distintas, heterossexual e homossexual (...). Só a mente humana inventa categorias e tenta inserir fatos à força em compartimentos separados. O mundo vivo é um continuum, em todo e qualquer de seus aspectos. Quanto mais depressa aprendermos isso a respeito do comportamento sexual humano, mais depressa chegaremos a uma compreensão sensata das realidades do sexo” (GAGNON, 2006, p.187). A partir dos dados da escala, Kinsey argumenta que seus números intermediários não deveriam ser tratados como um tipo social chamado “bissexual”, mas seriam pessoas com uma

mescla de comportamentos homossexuais e heterossexuais⁵.

Herdeiro da tradição de Alfred Kinsey, John Gagnon (2006) juntamente com William Simon enfatiza que as condutas sexuais só poderiam ser entendidas como produtos de um complexo processo de desenvolvimento psicossocial, pois nenhum ato é inerentemente sexual. A partir da ideia de “roteiros sexuais”, na qual os “indivíduos usam sua habilidade interativa, bem como material da fantasia e mitos culturais para desenvolver esses roteiros, como um modo de organizar seu comportamento sexual” (GAGNON, 2006, p.21), os comportamentos sexuais são subjetivados no interior da rede de interações, até mesmo as relações futuras. Dessa forma, as experiências sexuais sempre estão dentro de roteiros possíveis. O autor salienta a importância da identificação e compreensão das regras culturais (explícitas ou implícitas) que estruturam as práticas e comportamentos sexuais, bem como de elementos objetivos e subjetivos que integram essa experiência (como os marcadores sociais de diferença – idade, gênero, raça, cor, etnia, orientação sexual, classe social; as expectativas, os sentimentos, as relações de poder, entre outros).

“Identities” Polimorfos

De acordo com Carole Vance (1995) o desenvolvimento de um discurso cultural não essencialista sobre a sexualidade (construtivismo social) não surgiu do centro da antropologia, mas de sua periferia e de outras disciplinas (sobretudo da história), uma vez que o tema não era considerado legítimo pela academia. Neste viés analítico, um ato sexual não traz em si um significado social universal, e as rotulações sexuais socialmente construídas não só influenciam a subjetividade e o comportamento sexual do indivíduo, mas também organizam e dão significado à experiência sexual coletiva. As pesquisas de Mary McIntosh sobre o papel do homossexual na Inglaterra (VANCE, 1995), na qual a autora desafia a utilização do termo homossexual como uma categoria natural e trans-histórica (FACCHINI, 2008) são vistas como precursoras da chamada “teoria da rotulação”, que tenta enfrentar a questão da identidade sexual, a partir da sugestão de que embora desejos e comportamentos homossexuais pudessem existir em diferentes épocas e sociedades, somente em algumas se produziria uma identidade aceitável em termos de conduta sexual (CARRARA e SIMÕES, 2007).

Inspirado pelos trabalhos de McIntosh e de Gagnon e Simon, Jeffrey Weeks (VANCE, 1995) traçou uma distinção entre o comportamento homossexual e a identidade homossexual, que o autor via como um desenvolvimento histórico e culturalmente específico, pois apesar dos indícios da emergência de homossexuais como desviantes, no final do século XVII, a forma moderna, associada a noções de “condição homossexual” se cristaliza apenas no final do século

⁵ Para uma análise mais apurada sobre os “Relatórios Kinsey”, ver GAGNON (2006) pp. 167-209.

XIX (FACCHINI, 2008). Para o autor, tal desenvolvimento só pode ser entendido dentro de uma rede mais complexa que inclui as mudanças ocorridas na família e na sexualidade ligadas às transformações trazidas pela urbanização e industrialização. Facchini cita Weeks: “a sexualidade aparece menos como um determinante da identidade de gênero e mais como um veículo para expressar papéis sociais culturalmente determinados” (FACCHINI, 2008, p.74).

A questão da identidade sexual homossexual também aparece na literatura brasileira, Peter Fry (1982), em seu clássico texto *Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil* discute a representação e os sistemas de classificação da homossexualidade, através da construção de modelos: no modelo hierárquico, a diferença fundamental entre as identidades é marcada pelo ato de penetrar (ser ativo) ou ser penetrado (ser passivo). O indivíduo que penetra outro homem, não necessariamente será identificado como homossexual e continua desempenhando um papel masculino na relação. O papel feminino cabe à “bicha” penetrada. Já no modelo igualitário, os indivíduos passariam a ter uma maior liberdade no que diz respeito ao papel de gênero e à sua “atividade” ou “passividade” no ato sexual. “O mundo masculino deixa de se dividir entre homens másculos e homens efeminados como no primeiro sistema (modelo hierárquico), e se divide entre 'heterossexuais' e 'homossexuais', entre 'homens' e 'entendidos'. Nesse novo sistema, o macho que se relaciona sexualmente com outro macho, mesmo ativamente, deixa de ser 'homem mesmo' e vira 'entendido' ou 'homossexual’” (FRY, 1982, p.94). O modelo hierárquico seria o vigente entre as camadas populares e o modelo igualitário estaria presente nas classes médias e altas das grandes metrópoles, fazendo parte de toda uma ideologia de simetria nas relações operante nestes contextos (simetria também buscada pelas mulheres através do movimento feminista)⁶, que se tornou um elemento importante para a constituição cultural da identidade de tais classes.

Podemos perceber que a homossexualidade masculina ocupa o centro dos debates. Tentando preencher a lacuna deixada pela escassez de estudos acerca tanto da homossexualidade feminina quanto da heterossexualidade, Maria Luiza Heilborn (2004)⁷ faz uma etnografia sobre a questão da identidade sexual e de gênero em contextos igualitários⁸. Seguindo o marco analítico oferecido por Foucault (2007), a autora considera que a sexualidade, na cultura ocidental transforma-se em um lócus privilegiado de verdade do sujeito.

Heilborn procura entender como as construções identitárias se dão no interior de relacionamentos heterossexuais e homossexuais, para tanto analisa a história de vida sexual e afetiva de adultos da classe média psicologizada do Rio de Janeiro, onde leva em conta questões

⁶ Peter FRY (1982) dialoga com a literatura carioca que enfatiza as diferenças entre as ideias de pessoa – cuja a existência só passaria a fazer sentido através das relações que mantém com o grupo da qual faz parte, no que chamam de modelo tradicional – e indivíduo – que vivem sob uma ideologia moderna e podem obter significação a partir de sua existência particular. Todas essas discussões na literatura carioca são advindas da obra de Louis DUMONT (1993).

⁷ O livro é uma edição da Tese de Doutorado, defendido pela autora em 1992.

⁸ Referência explícita aos trabalhos de DUMONT (1993) e FRY (1982).

como a intimidade; a divisão das tarefas domésticas; a “gramática da cópula”; brigas conjugais (que a autora chama de cenas conjugais); os motivos para o término ou permanência do relacionamentos; entre outros. “Na comparação entre as três modalidades de casal (heterossexual, homossexual feminino e homossexual masculino), o heterossexual desponta como o que expressa maior complementariedade e o casal feminino o que exibe maior simetria. O par gay encontra-se em uma posição intermediária” (HEILBORN, 2004, p.189).

Em outro artigo, Heilborn (1996) discute a questão da construção da identidade social especificamente em mulheres que mantêm relações afetivas e sexuais com outras mulheres, valendo-se dos dados colhidos no trabalho de campo para o pesquisa discutida anteriormente. A autora trabalha com a noção de que a identidade social “constitui-se na atualização de princípios de classificação social ordenada por valores que fabricam e situam os sujeitos” (HEILBORN, 1996, p.137), tentando salientar como se constrói um lugar particular para a identidade sexual na elaboração da identidade social do sujeito. O dilema vivido pelas pesquisadas, entre o *ser* e o *estar* homossexual, resolve-se à medida que elas não elegem o fato de preferencialmente manterem relações sexuais/amorosas com parceiras do mesmo sexo como um elemento definidor de suas identidades.

Voltando para a literatura internacional, temos autoras contemporâneas para quais as questões de identidade e diferenciação (e não somente dos homossexuais masculinos) são caras. Para Henrietta Moore (2000), “cada indivíduo tem uma história pessoal, e é na intersecção dessa história com situações, discursos e identidades coletivas que reside a relação problemática entre estrutura e práxis, entre o social e o individual” (MOORE, 2000, p.15), o interesse da autora está na relação entre gênero enquanto vivido e gênero enquanto construído. Através do conceito pós-estruturalista de sujeito – no qual os indivíduos assumem uma variedade de posições de sujeitos dentro dos diferentes discursos, de modo que um sujeito singular não pode mais ser equivalente a um indivíduo singular, o sujeito sendo o lugar de subjetividades múltiplas e potencialmente contraditórias – , a autora sugere que as identidades estão sempre em construção e que ela é situacional, uma vez que há ligação entre questões de poder e de identidade, de modo que assumir uma posição ou uma variedade de posições em discursos concorrentes não diz respeito somente à construção da auto-identidade e da subjetividade, pois estar posicionado “é sempre estar posicionado em relação aos outros, e assim nossas inter-relações com outros indivíduos também determinarão as posições que assumimos” (MOORE, 2000, p.37).

Avtar Brah (2006) sugere a noção de “sujeitos em processo”, contra a ideia de um “sujeito da experiência”, já plenamente constituído a quem as experiências acontecem. A experiência é o próprio lugar da formação do sujeito. Para a autora, “a identidade pode ser entendida como o próprio processo pelo qual a multiplicidade, a contradição e a instabilidade da subjetividade é significada como tendo coerência, continuidade, estabilidade, como tendo um núcleo – um núcleo em constante mudança, mas de qualquer maneira um núcleo – que a qualquer momento é

enunciado como o 'eu'" (BRAH, 2006, p.371).

A partir dessa rápida revisão bibliográfica pretendemos que as aulas de sociologia possam ser o local onde essa concepção mais "biologizante" da sexualidade possa ser problematizada. Uma ideia que espero ter ficado clara é que não existe relação necessária entre sexo, gênero, desejos, práticas e identidades, desse modo a discussão sobre as diversas "identidades" sexuais existentes no ambiente escolar podem ganhar novo fôlego e novas visibilidades podem emergir.

Referências Bibliográficas:

- BRAH, Avtar. (2006). Diferença, diversidade e diferenciação. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, n.26, pp. 329-376.
- CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio de Assis. (2007). Sexualidade, Cultura e Política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, n.28, pp. 65-99.
- DUMONT, Louis. (1993). Introdução. In: *O Individualismo*, Rio de Janeiro, Rocco.
- FACCHINI, Regina. (2008). *Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas. Tese de Doutorado.
- FIGUEIREDO, Regina et al. (2008). *Comportamento sexual, uso de preservativos e contracepção de emergência entre os adolescentes do município de São Paulo: estudo com estudantes de escolas públicas de Ensino Médio*. São Paulo, Instituto de Saúde.
- FOUCAULT, Michel. (2007). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- FRY, Peter. (1982). *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar.
- GAGNON, John H. (2006). *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre sexualidade*. Rio de Janeiro, Garamond Universitária.
- HEILBORN, Maria Luiza. (1996). Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: PARKER, Richard e BARBOSA, Regina Maria (orgs). *Sexualidades brasileiras*, Rio de Janeiro, Ed. Relume Dumará.
- _____. (1999). Construção de si, gênero e sexualidade. In: HEILBORN, Maria Luiza (org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- _____. (2004). *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro, Garamond Universitária.
- LOURO, Guacira Lopes (org.). (1999). *O corpo educado – Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, Ed. Autêntica.
- MALINOWSKI, Bronislaw. (1973). *Sexo e Repressão na Sociedade Selvagem*. Petrópolis, Ed. Vozes.

MOORE, Henrietta. (2000). Fantasias de Poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, n.14, pp. 13-44.

VANCE, Carole. (1995). A antropologia redescobre a sexualidade – um comentário teórico in: *PHYSIS. Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, pp.07-31.

WEEKS, Jeffrey: (1999). O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira L. (org.). *O corpo educado- pedagogias da sexualidade*, Belo Horizonte, Autêntica.

Bibliografia Complementar:

BOZON, Michel. (2004). *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro, Ed. FGV.

BUTLER, Judith. (1999). Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do 'sexo'. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*, Belo Horizonte, Ed. Autêntica.

_____. (2003). Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

DOUGLAS, Mary. (1976). *Pureza e Perigo: ensaios sobre noções de poluição e tabu*. Lisboa, Edições 70.

GIDDENS, Anthony. (1992). *A transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo, Ed. UNESP.

KULICK, Don. (2008). *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. FioCruz.

LACQUER, Thomas. (2011). *Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos Gregos à Freud*. Rio de Janeiro, Ed. Relume Dumará.

MAUSS, Marcel. (2003). As técnicas do corpo. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac&Naify.

_____. (2003). Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac&Naify.

MONTEIRO, Simone. (2002). *Qual a prevenção? AIDS, sexualidade e gênero numa favela carioca*. Rio de Janeiro, Editora FioCruz.

MOORE, Henrietta. (1997). Understanding sex and gender. In: INGOLD, Tim. *Companion Encyclopedia of Anthropology*, Londres, Routledge (Tradução para fins didáticos de Júlio de Assis Simões “Compreendendo sexo e gênero”).